

Nota Informativa

Edição 014/2024

DESTAQUES

Nova política industrial poderá ter mais que R\$ 300 bi previstos inicialmente, diz Alckmin
Haddad defende regulamentar reforma tributária ainda em 2024

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conselho Consultivo da Anatel se reúne no próximo dia 5 de fevereiro
Brasil ainda tem 4 capitais e 4.995 cidades sem “lei de antenas” para o 5G
EAF avança com kits e vê desafios em infovias, mas projeta antecipação de prazos
Governo define demanda e EAF prepara implantação de redes fixas e rede privativa móvel
Conselheiro Alexandre Freire solicita estudos sobre segurança física e cibernética dos cabos submarinos
Ouvidoria realiza pesquisa sobre satisfação com serviços da Anatel
Secretária-Geral da UIT destaca governança de IA e inclusão digital no Fórum Econômico Mundial
EAF prepara-se para disputar direito de passagem para a rede privativa do governo

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo prevê enviar PLs que regulamentam reforma tributária do consumo ao Congresso em abril

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Estrangeiros prometem investimento de US\$ 42 bi

JUDICIÁRIO

Justiça Eleitoral intensifica guerra contra as 'deepfakes', que poderão gerar até cassação

Entidades vão sugerir mudanças ao TSE em regras sobre inteligência artificial

ORÇAMENTO

Ministra Simone Tebet apresenta agenda de modernização orçamentária a ministros do TCU

POLÍTICA

Congresso volta do recesso em fevereiro com 20 medidas provisórias na pauta

Lira convoca reunião com líderes para discutir emendas parlamentares e pauta da Câmara

TRABALHISTA

Nova portaria trará 200 exceções para trabalho em feriados

DESTAQUES

Nova política industrial poderá ter mais que R\$ 300 bi previstos inicialmente, diz Alckmin

Poder Executivo | 25/01/2024 – 14h36min

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou, em entrevista exclusiva ao Valor, que a nova política industrial poderá ter mais do que os R\$ 300 bilhões previstos inicialmente. "Estamos falando de R\$ 75 bilhões por ano. Se puder crescer, ótimo", disse na quinta-feira (25). Ele citou como exemplo de "medida inteligente" e que "não tem dinheiro público" o financiamento para exportações realizado em dólar pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Alckmin destacou que, por ter uma proteção cambial natural ("hedgeada"), a linha permite que os juros sejam de 6% ao ano. Reação negativa do mercado foi 'desinformação' Alckmin minimizou, na entrevista exclusiva ao Valor, a queda da bolsa após a divulgação da nova política industrial na segunda-feira (22). Ele ressaltou que o movimento foi revertido após mais explicações detalhadas sobre o plano. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad defende regulamentar reforma tributária ainda em 2024

Poder Executivo | 25/01/2024 – 03h55min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou, na quarta-feira, a importância de que a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo ocorra em 2024, o que vai possibilitar que o calendário de transição previsto seja cumprido. O reforço foi feito durante a reunião inaugural do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC). Mais cedo, o chefe da equipe econômica pediu também que os grupos de trabalho que atuarão na regulamentação procurem elaborar textos próximos do ideal para facilitar o trabalho dos relatores no Congresso. Em nota divulgada horas depois, a Fazenda confirmou que o ministro pediu a união de esforços dos integrantes dos GTs para a realização do "melhor trabalho possível" na elaboração das propostas. "Inaugurar a transição do caos tributário para um sistema sustentável para o desenvolvimento da nossa cidadania e economia será um dia histórico para o Brasil", afirmou o ministro, segundo a pasta. Fonte: Correio Braziliense

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conselho Consultivo da Anatel se reúne no próximo dia 5 de fevereiro

Poder Executivo | 25/01/2024 – 11h25min

O Conselho Consultivo da Anatel se reúne no próximo dia 5 de fevereiro, a partir de 14h, na Sede da Agência (Setor de Autarquias Sul, Quadra 6, Bloco H, 11º andar - Brasília/DF), com a seguinte pauta: 1. Abertura da 215ª Reunião. 2. Atualização da implantação do 5G. 3. Wi-Fi 6: Abordagem Anatel. 4. Processo da Adaptação das Concessões. 5. Outros assuntos. Haverá transmissão da reunião pelo canal da Anatel no YouTube. Órgão de participação institucionalizada da sociedade nas atividades e nas decisões da Agência, o Conselho Consultivo é integrado por 12 membros, designados por decreto do presidente da República. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil ainda tem 4 capitais e 4.995 cidades sem “lei de antenas” para o 5G Mercado | 25/01/2024

O Brasil fechou o ano de 2023 com 10% dos municípios com lei de antenas atualizadas, com processos de licenciamento adequados ao avanço do 5G. Segundo levantamento foi feito pela Conexis Brasil Digital, em dezembro de 2023 eram 573 cidades com leis publicadas após a LGA (Lei Geral de Antenas), um aumento de 65% na comparação com dezembro de 2022, quando havia 347 cidades com leis atualizadas. Entre as 573 cidades com leis atualizadas, 399 (7,16%) contam com leis adequadas ao 5G. Entre as capitais, quatro – Belo Horizonte, Fortaleza, Natal e Recife – ainda não têm leis de telecom favoráveis ao 5G. “As operadoras já instalaram o 5G em todas as capitais, atendendo além das metas fixadas no edital para 2023, mas para que o 5G atinja todo o seu potencial e realmente transforme a economia digital, a tecnologia exigirá mais antenas do que temos hoje. Mas até mesmo em algumas capitais as empresas enfrentam problemas para instalar as infraestruturas necessárias”, afirmou o presidente-executivo da Conexis, Marcos Ferrari. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EAF avança com kits e vê desafios em infovias, mas projeta antecipação de prazos Poder Executivo | 24/01/2024 - 20h46min

Prestes a completar dois anos de atividade, a EAF (Entidade Administradora dos Compromissos da Faixa de 3,5 GHz), comemora o avanço nas implementações das principais metas estabelecidas aos vencedores do edital de 5G. Com um recurso de mais de R\$ 6 bilhões decorrente dos aportes feitos pelas empresas vencedoras do leilão realizado em 2021, a EAF tinha como missão liberar a faixa de 3,5 GHz e fazer a mitigação de potenciais interferências nos sistemas fixos de recepção via satélite (FSS); distribuir kits de recepção de TV para banda Ku a todos os usuários de sistemas em banda C (TVRO) que fossem também beneficiários do Cadastro Único de programas sociais; implementar seis infovias subfluviais na Amazônia totalizando cerca de 7 mil km; além de implementar a rede privativa fixa e móvel (no DF) para uso de governo. Todas as metas estão no caminho de serem entregues bem antes de fevereiro de 2026, diz Leandro Guerra, presidente da EAF. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo define demanda e EAF prepara implantação de redes fixas e rede privativa móvel

Poder Executivo | 24/01/2024 - 20h03min

O governo já sinalizou à EAF (Entidade Administradora dos Compromissos da faixa de 3,5 GHz) que a rede privativa fixa a ser implementada com recursos do leilão de 5G terá possivelmente mais do que os 6,5 mil pontos previstos inicialmente no Edital de 5G. Com isso a empresa se prepara para iniciar a fase de projeto das redes metropolitanas nas 27 capitais brasileiras, que devem ser implementadas no segundo semestre. A lista final de cidades deverá ainda ser aprovada pelo Gaispi, o grupo gestor coordenado pela Anatel que estabelece as diretrizes da EAF, mas com a relação fechada de estabelecimentos em que a rede deverá ser instalada, a EAF tem condições de fazer o projeto e contratar os equipamentos, explica Leandro Guerra, presidente da entidade. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselheiro Alexandre Freire solicita estudos sobre segurança física e cibernética dos cabos submarinos

Poder Executivo | 24/01/2024 – 17h23min

O conselheiro diretor Alexandre Freire solicitou a realização de estudos abrangentes sobre a segurança física e cibernética dos cabos submarinos, por meio de ofício enviado na quarta-feira, dia 24/01, a algumas superintendências da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os cabos submarinos são a espinha dorsal do tráfego de dados intercontinental no país, com ligações subaquáticas que transportam 99% do tráfego de telecomunicações mundial. O ofício destaca que o desenvolvimento desses estudos é necessário devido às diversas implicações de segurança associadas à infraestrutura crítica dos cabos submarinos, incluindo a integridade dessas linhas e respectivos dados que transitam por elas. Além da possibilidade de danos causados por eventos naturais, a ameaça de danos intencionais e maliciosos torna-se ainda mais relevante devido ao crescente volume de dados e dependência do armazenamento em nuvem. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ouvidoria realiza pesquisa sobre satisfação com serviços da Anatel

Poder Executivo | 24/01/2024 – 15h06min

A Ouvidoria da Anatel realizará pesquisa para aferição do nível de satisfação e efetividade dos serviços prestados pela Agência ao público em geral e às empresas reguladas. Esta pesquisa, referente ao segundo semestre de 2023, já foi elaborada anteriormente e a próxima coleta de dados deve ocorrer em fevereiro de 2024. A publicação do resultado desta avaliação será tornada pública e subsidiará a própria Anatel para o aprimoramento dos seus serviços. A pesquisa é uma medida de transparência exigida dos órgãos públicos por determinação do Decreto 6.932/2009 e do Decreto 9.094/2017. Trata-se de uma manifestação oficial do órgão à sociedade sobre os serviços prestados. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Secretária-Geral da UIT destaca governança de IA e inclusão digital no Fórum Econômico Mundial

Mercado | 24/01/2024

A Secretária-Geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Doreen Bogdan-Martin, colocou as tecnologias digitais em posição de destaque ao participar da última reunião anual do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês). Ela juntou-se à reunião de líderes governamentais, empresariais e da sociedade civil em discussões críticas sobre inteligência artificial (IA), comunicações no espaço e inclusão digital. Ao falar sobre governança da IA, a secretária-geral destacou que segue otimista, apesar dos progressos desiguais e dos riscos amplamente reconhecidos no rápido desenvolvimento da IA. Ela reconheceu a resposta proativa dos governos e as normas como elementos cruciais na governança da IA. Também enfatizou a necessidade de uma plataforma global para construir consenso sobre oportunidades e riscos neste campo em rápido avanço: “Não podemos permitir-nos um mundo com estratégias divergentes em matéria de IA”, disse Bogdan-Martin, ecoando as preocupações expressas pelo secretário-geral da ONU, António Guterres. Ela ainda acrescentou que o desenvolvimento de padrões acessíveis também será crucial para nivelar o campo de atuação da IA para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EAF prepara-se para disputar direito de passagem para a rede privativa do governo

Poder Executivo | 24/01/2024

A EAF – empresa que deve entregar todas as obrigações estabelecidas para as operadoras de celular no leilão do 5G, também conhecida como “Siga Antenado” – tem um balanço positivo do que já conseguiu entregar, passados dois anos de sua criação. Leandro Guerra, presidente da empresa, afirma, otimista, que todas as obrigações assumidas (que irão consumir mais de R\$ 6 bilhões arrecadados no leilão) serão entregues até o prazo final, fevereiro de 2026, estipulado no edital. “2024 é o ano chave”, afirma. Segundo o executivo,

para cada uma das obrigações estipuladas, os desafios são grandes e distintos. Entre eles, elenca, a construção da rede fixa privativa do governo, cujo planejamento para a chegada em cada capital brasileira já começou, poderá ser de alta complexidade. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo prevê enviar PLs que regulamentam reforma tributária do consumo ao Congresso em abril

Poder Executivo | 24/01/2024 – 17h24min

O Ministério da Fazenda confirmou na quarta-feira (24) que a intenção do governo federal é enviar os projetos de lei que vão regulamentar a reforma tributária do consumo, no início de abril, ao Congresso Nacional. A intenção é que os textos sejam aprovados pelo Legislativo ainda neste ano. A informação já havia sido antecipada pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, em entrevista ao Valor na semana passada. Na quarta-feira (24), aconteceu a reunião inaugural dos grupos de trabalho, formados por integrantes da União, Estados e municípios. O evento contou com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas foi fechado à imprensa. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Estrangeiros prometem investimento de US\$ 42 bi

Poder Executivo | 25/01/2024 – 05h

Os novos investimentos produtivos (“greenfield”) anunciados por empresas estrangeiras no Brasil cresceram 68% no ano passado, atingindo US\$ 42 bilhões. Os números foram compilados pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) na plataforma Orbis, que reúne informações financeiras de aproximadamente 45 milhões de empresas de todo o planeta. Ligada ao Ministério das Relações Exteriores, a ApexBrasil tem como objetivos “promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia brasileira”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Justiça Eleitoral intensifica guerra contra as 'deepfakes', que poderão gerar até cassação

Poder Judiciário | 25/01/2024 – 04h30min

A nove meses das eleições, a Justiça Eleitoral intensificou a guerra contra a deepfake (uso de tecnologias para produzir conteúdos falsos utilizando áudios e imagens). O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná determinou que a Meta, dona do WhatsApp, bloqueie o compartilhamento de uma gravação denunciada por um pré-candidato à prefeitura de Maringá com declarações mentirosas atribuídas a ele. Esse é o primeiro caso relevante de deepfake com repercussão judicial este ano. Fraudes desse tipo, contudo, já foram identificadas em pelo menos outros três estados, como mostrou O GLOBO no dia 14. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) receberá sugestões em audiência pública para editar normas sobre o uso da inteligência artificial (IA) na propaganda eleitoral. A vice-presidente da Corte, Cármen Lúcia, já apresentou proposta para que, no caso de uso lícito, as coligações sejam obrigadas a indicar a utilização da ferramenta. Desde terça-feira, o tribunal recebeu 945 sugestões de alteração de regras eleitorais. As ideias vão desde segurança privada a candidatas que tenham sido vítima de violência política a criar comissões para fiscalizar autodeclaração de negros. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Entidades vão sugerir mudanças ao TSE em regras sobre inteligência artificial

Poder Judiciário | 25/01/2024 – 04h

Entidades vão propor alterações nas propostas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para uso de inteligência artificial (IA) nas eleições. O entendimento é que é preciso ajustar o texto para definir melhor em quais casos a tecnologia será proibida e especificar a quem cabe a responsabilização sobre o tema. O uso da ferramenta nas eleições é uma das grandes preocupações do TSE pelo potencial que tem de desequilibrar o pleito, em caso de uma atuação maliciosa. Neste ano, os eleitores escolherão prefeitos e vereadores nos municípios do país. O assunto será discutido, na manhã da quinta-feira (25), em audiência pública com a participação de pesquisadores, especialistas, partidos e entidades. A vice-presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, comanda os trabalhos. Parte dos especialistas que acompanha as discussões sobre regras para publicação de conteúdos nas eleições também entende que a Corte deveria ampliar o debate sobre desinformação e alcance da Justiça Eleitoral em derrubar posts considerados falsos ou descontextualizados. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Ministra Simone Tebet apresenta agenda de modernização orçamentária a ministros do TCU

Poder Executivo | 24/01/2024

A ministra do Planejamento e Orçamento (MPO), Simone Tebet, e sua equipe apresentaram, na tarde de quarta-feira (24/1), ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, ao vice-presidente do TCU, Vital do Rêgo, e a outros ministros e auditores da Corte a agenda de modernização orçamentária da pasta. Durante a reunião, realizada na sala de conferências do TCU, foram exibidas as bases do 'Projeto Romano', que tem como metas principais a Revisão de Gastos, o Orçamento de Médio Prazo, as Metas Físicas, as Agendas Transversais e uma Nova Legislação de Finanças Públicas. Nas palavras da ministra, essas são as cinco metas na busca por um orçamento mais eficiente e necessário à realidade do Brasil. Segundo o secretário de Orçamento do MPO, Paulo Bijos, o ministério está trabalhando com o conceito de desempenho do gasto público, à luz dos critérios de estipulados pelo TCU e seus manuais de auditoria operacional: economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade. Nesse sentido, a tônica da agenda do MPO é associar os recursos utilizados em uma política pública aos resultados a serem alcançados. Fonte: ASCOM TCU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Congresso volta do recesso em fevereiro com 20 medidas provisórias na pauta

Poder Legislativo | 24/01/2024 – 12h56min

O Congresso Nacional retoma os trabalhos em fevereiro com 20 medidas provisórias (MPs) pendentes de votação. A matéria mais polêmica é a que reonera a folha de pagamentos de 17 setores da economia. Outras dez proposições liberam R\$ 96 bilhões para a quitação de precatórios e o enfrentamento de desastres climáticos. Na volta do recesso parlamentar, o impasse gira em torno da MP 1.202/2023. Editada no fim do ano passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a medida provisória restringe o efeitos de uma lei que colocou em lados opostos os interesses dos Poderes Legislativo e Executivo. A Lei 14.784, de 2023, desonera a folha dos setores que mais geram emprego no país. Aprovado pelo Congresso Nacional em novembro de 2023, o texto foi vetado integralmente pelo presidente da República. Em dezembro, senadores e deputados impuseram uma derrota ao Palácio do Planalto e derrubaram o veto. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira convoca reunião com líderes para discutir emendas parlamentares e pauta da Câmara

Poder Legislativo | 24/01/2024 – 09h12min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chamou os líderes partidários para uma reunião na próxima segunda-feira (29), quando estará de volta a Brasília. O encontro tem o objetivo de medir o "humor" das lideranças na volta aos trabalhos, em fevereiro, com

foco no corte feito pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas emendas parlamentares. Na segunda (22), Lula sancionou o Orçamento de 2024 com um veto de R\$ 5,6 bilhões nas emendas de comissão – dinheiro que parlamentares direcionam a seus redutos eleitorais. Lira quer conversar pessoalmente com os líderes na próxima semana, mas já começou a debater o tema por telefone. Da reunião, pode sair uma reação oficial da Câmara ao corte nas emendas, que o governo disse ser necessário para equilibrar as contas públicas. Fonte: G1 Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Nova portaria trará 200 exceções para trabalho em feriados

Poder Executivo | 24/01/2024 – 20h48min

Uma nova portaria a ser editada até o início de fevereiro trará uma lista de cerca de 200 setores considerados essenciais que não precisarão fechar acordos com os sindicatos para trabalho aos feriados. A informação foi dada na quarta-feira (24) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e por entidades de trabalhadores e de empregados. O anúncio ocorreu após reunião na tarde de quarta-feira entre representantes do governo, das centrais sindicais e dos empregadores. Segundo Marinho, a lista de exceções ainda não está definida, mas farmácia e postos de gasolina estão entre os setores que não precisarão de acordo coletivo. “Fizemos o ajuste em todo o texto da portaria, que será republicada. Há uma bancada de relatores alterando o texto, que não apresentará na quarta-feira a versão final. A portaria anterior teve o único objetivo de provocar essa conversa nacional, com uma mesa permanente para discutir o tema, inclusive daqui para frente”, disse Marinho em entrevista coletiva após a reunião. A portaria publicada em novembro de 2023 e revogada logo em seguida, invalidou uma outra portaria de 2021, que concedeu autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados em vários setores do comércio. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)